

# CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

## Olinda Patrimônio da Humanidade

### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019, BEM COMO DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL REFERENTE AO PERÍODO 2018-2021 DO MUNICÍPIO DE OLINDA, REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2018, NA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA.**

---

Às onze horas e dezessete minutos do dia treze de novembro de dois mil e dezoito, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a audiência pública para tratar da Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2019, bem como da revisão do Plano Plurianual referente ao período 2018-2021 do município de Olinda. **O vereador Jorge Federal assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública.** A mesa foi inicialmente composta pelas seguintes autoridades: Vlademir Labanca (Vereador e Secretário desta audiência), Fabiano (Técnico da Secretaria da Fazenda de Olinda), Auris (Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Olinda – SISMO) e Karla Pereira (Representante do Sindicato dos Professores). Registradas as presenças dos vereadores Ricardo Sousa, Graça Fonseca, Irmão Biá, João Pé no Chão e Jesuíno Araújo; da senhora Adriana Ribeiro (representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Olinda); além de guardas municipais e agentes de saúde. O Presidente Jorge Federal ressaltou a enorme importância da Lei Orçamentária Anual, considerando que esta peça orçamentária estabelece a disponibilização de recursos para cumprimento das metas estabelecidas pelo governo municipal. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Fabiano, técnico da Secretaria da Fazenda de Olinda. Fabiano conceituou os instrumentos orçamentários objetos desta audiência, destacando o conteúdo normativo tanto do PPA como da LOA. Afirmou que a Lei Orçamentária Anual que será executada em 2019 sofreu uma queda na previsão de receita orçamentária de 1,6%, quando comparada à LOA vigente. Explicou que essa queda se deu pelo fato de que houve um grande recesso econômico nacional, o qual afetou o orçamento municipal, destacando também o decréscimo das receitas provenientes de Convênios com entes federativos. Revelou que o Poder Executivo Municipal possui a intenção de executar recursos orçamentários, nas áreas de Educação e Saúde, nos valores de 28% e 15,5%, respectivamente. O Presidente concedeu a palavra à senhora Karla, representante do Sindicato dos Professores. Karla afirmou que espera que a previsão da execução dos 28% na Educação tenha sido saudável, para que não aconteçam as angústias que estão acontecendo neste ano referentes ao não cumprimento dos acordos feitos na área de Educação. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Auris, Presidente do SISMO. Auris questionou ao servidor Fabiano se havia a inclusão de algum reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, na dotação Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 355.999.500,00). Contestou que, no ano passado, os servidores só obtiveram um reajuste de 2%, depois de 20 dias de greve. Criticou o fato de que não houve qualquer reajuste neste ano e revelou que apenas haviam conseguido um vencimento básico mínimo para os servidores públicos municipais, além do ticket de alimentação. O servidor Fabiano respondeu que os valores autorizados para a execução das despesas orçamentárias com pessoal estão limitados aos percentuais trazidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000). Fabiano também lembrou que a LOA traz uma autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 20% do total da despesa fixada, para atender às possíveis margens de expansão. O senhor Auris trouxe números do governo municipal referente ao mês de outubro de 2018: 714 cargos comissionados e 1259 contratos temporários, alegando que tais números seriam o motivo de os servidores públicos municipais não terem conseguido o reajuste. O vereador Vlademir Labanca falou sobre importância desta audiência pública, destacando o relevante papel da lei orçamentária no atendimento das necessidades da população. Neste momento, foram abertos os questionamentos por parte dos presentes na galeria. O Presidente concedeu a palavra à senhora Márcia Vieira. Márcia fez questionamentos a respeito do funcionamento da folha de pagamento de servidores públicos do Magistério de Olinda, bem como sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da categoria. Também exigiu a formação do Conselho do FUNDEB (Fundo

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) em Olinda. A vereadora Graça Fonseca lembrou que também é necessária a criação do Conselho de Igualdade Racial em Olinda. O Presidente concedeu a palavra à senhora Severina Alves. Severina criticou a ausência, nesta audiência, das autoridades titulares da Secretaria da Fazenda de Olinda. Também reclamou da falta de valorização, por parte do Poder Executivo, aos servidores públicos de Olinda. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Everaldo Catão. Everaldo pediu explicações sobre como foi feito o cálculo do montante das receitas e despesas orçamentárias, principalmente das despesas com pessoal. Criticou a falta de reconhecimento (empenho) de despesas com direitos deixados dos servidores públicos aposentados. O Presidente Jorge Federal comentou que a responsabilidade individual de cada vereador deveria ser com o povo e com o erário, independentemente da condição política. Reclamou sobre a postura de alguns vereadores na votação das emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias. A vereadora Graça Fonseca também criticou a sobreposição do processo político frente ao processo técnico legislativo e o não atendimento das necessidades da sociedade, afirmando que estas deveriam ser priorizadas em detrimento da questão política. O vereador Ricardo Sousa criticou a falta de cumprimento de acordos por parte do Poder Executivo e citou como exemplo o caso do percentual para abertura de créditos adicionais suplementares que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias. O vereador Jesuíno Araújo parabenizou a iniciativa da Câmara Municipal de Olinda por realizar audiências para discutir as peças orçamentárias, com a presença do Poder Executivo, de sindicatos e da população olindense. O Presidente registrou a presença da presidente do PSOL em Olinda, Eugênia Lima. O Presidente concedeu a palavra à senhora Rafaela Celestino. Rafaela exigiu maiores esclarecimentos do Poder Executivo quanto aos conceitos de “desenvolvimento do ensino” e “manutenção do ensino”. Contestou situações irregulares em escolas públicas que colocam em risco crianças e adolescentes, exemplificando a situação da fiação elétrica exposta. O Presidente concedeu a palavra à senhora Karla Layne, representante do Fórum de Educação Infantil do Município de Olinda (FEIMO). Karla mostrou preocupação com a necessidade de compatibilização das metas constantes do Plano Municipal de Educação com a Lei Orçamentária Anual, dando como exemplo a meta de garantir uma melhor qualidade dos espaços usados na Educação Infantil. Questionou a respeito da situação do Programa Nacional Proinfância, referente aos centros educacionais direcionados para Olinda. Lembrou do Brincar como eixo principal na Educação Infantil. Afirmou que a Educação não é um gasto, e sim um investimento, e criticou o fato de ser usada como bandeira política e não ser colocada efetivamente em prática. Encerrada a fase das pessoas inscritas presentes na galeria. O Presidente concedeu a palavra ao vereador João Pé no Chão. João lamentou pelo não pagamento dos direitos deixados dos servidores municipais aposentados. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Irmão Biá. Biá endossou a fala de João e se colocou à disposição para ajudar no que for preciso na questão da Lei Orçamentária Anual. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Vlademir Labanca. Labanca ressaltou a importância do cumprimento exato das leis existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Criticou a irresponsabilidade do não pagamento, por parte do Poder Executivo, dos direitos deixados dos servidores municipais aposentados. O Presidente Jorge Federal salientou a necessidade de se ter coragem de emitir opinião própria, independentemente de questões políticas. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Ricardo Sousa. Ricardo questionou ao servidor Fabiano qual era o posicionamento do governo quanto ao montante destinado ao pagamento dos direitos deixados. Contestou a não realização de reposições inflacionárias nos vencimentos dos servidores municipais nos últimos anos. Reclamou do preenchimento de mais de 700 cargos comissionados na Prefeitura de Olinda e do esquecimento da promessa de governo (Redução dos Gastos com Pessoal em 50% dos cargos comissionados). Questionou sobre onde estava a dotação orçamentária para a UPA de Rio Doce e para a maternidade Brites de Albuquerque. Lembrou da ausência de creches na cidade e da existência de programas do Governo Federal para a construção de creches, desejando que fossem captados recursos federais para investimentos nas necessidades básicas dos cidadãos olindenses. O Presidente concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca. Graça afirmou que apresentaria uma emenda para excluir a

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

dotação, para a Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, destinada a reformar e restaurar a Igreja do Bonfim, tendo em vista que esta foi recentemente entregue à Arquidiocese. Perguntou se, com essa emenda supressiva, deveria ser feito um remanejamento dentro da própria Secretaria de Cultura ou poderia ser feito um gasto em uma área diferente. Questionou a não contemplação de dotação orçamentária para a criação do 3º Conselho Tutelar. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Jesuíno Araújo. Jesuíno questionou sobre o acompanhamento de crianças especiais (com autismo, Síndrome de Down, com deficiência) nas escolas públicas da cidade. Lamentou a ausência das autoridades nesta audiência (secretários do Poder Executivo Municipal). O Presidente concedeu a palavra ao vereador Vlademir Labanca. Labanca perguntou o que estava contemplado dentro da Lei Orçamentária Anual no que tange a questões remuneratórias referentes aos professores da rede municipal. O Presidente concedeu a palavra à senhora Karla Layne. Karla contou que o término da greve dos professores resultou num acordo em que só foram cumpridos apenas dois itens: o retorno das atividades da docência e um reajuste de 4%. Revelou, inclusive, que a lei aprovada por esta Casa Legislativa, com efeitos retroativos a janeiro de 2018, não foi cumprida pois não foram pagos os valores devidos aos professores. Reclamou do desrespeito com a categoria dos professores e também com relação aos desmarques de reuniões feitos pelo Poder Executivo. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Auris. Auris reclamou da falta de cumprimento de dispositivos constitucionais e legais, por parte do Poder Executivo. Ele perguntou ao servidor Fabiano se, no valor da dotação Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 355.999.500,00), estariam incluídos os gastos com terceirização. O Presidente concedeu a palavra à senhora Neide, professora da escola Nossa Senhora do Monte. Ela relatou que teve problemas de saúde devido às péssimas condições estruturais dessa escola (falta de ventiladores, falta de um pátio digno e de banheiros com condições mínimas para as crianças). O Presidente Jorge Federal pediu que todos estivessem presentes na votação da LOA e das emendas e lembrou da importância da aprovação dessas emendas e que elas devem ser direcionadas exclusivamente para beneficiar a sociedade olindense. O Presidente pediu que as emendas fossem recepcionadas pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação até o dia 25 de novembro. Falou que a Prefeitura deveria fazer um planejamento para cumprimento das metas, principalmente as mais básicas (direitos rescisórios, estruturas escolares, maternidade Brites de Albuquerque, UPA de Rio Doce). Além das necessidades básicas, afirmou que existem outras necessidades (mobilidade do trânsito, limpeza de canais, feiras livres, iluminação pública, segurança pública, criação de empregos). O Presidente concedeu a palavra ao vereador Jesuíno Araújo. Jesuíno sugeriu que o vereador Vlademir Labanca apresentasse uma emenda à LOA referente ao valor dos direitos deixados dos servidores públicos aposentados. O Presidente Jorge Federal aconselhou as Comissões de Legislação, Justiça e Redação e a de Finanças, Orçamentos e Assuntos Tributários que marcassem uma audiência pública com o secretário da Fazenda para resolver a questão dos direitos deixados. O Presidente concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca. Graça constatou que existe um pequeno número de servidores públicos efetivos no Poder Executivo Municipal, em comparação com a quantidade de cargos comissionados. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Vlademir Labanca. Labanca afirmou que iria fazer a emenda com relação aos direitos rescisórios. Também disse que iria propor uma emenda para tratar dos professores cujas remunerações estão fora do piso nacional da categoria. Finalizou lembrando da necessidade de recursos para a reforma das escolas do município. O Presidente Jorge Federal afirmou que o governo deveria criar uma política de reconhecimento e de efetivo pagamento dos direitos rescisórios, sob pena do encaminhamento dessa situação ao órgãos de controle competentes. Pediu ao secretário legislativo que fizesse um ofício indagando o porquê do não cumprimento, no ano passado, do estabelecido na rubrica dos 2 milhões, que era para ser destinada nessa LOA para o pagamento dos direitos deixados. Continuou dizendo que muitos funcionários não estão gozando sua licença-prêmio por falta de funcionários no setor, e então remete-se ao direito após sua aposentadoria e, quando chega na aposentadoria, não está se pagando. Concluiu que esse fato se trata de uma burla (enriquecimento ilícito), pois não se dá o direito ao servidor na ativa, então esse

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA


### Olinda Patrimônio da Humanidade

direito é remetido para a aposentadoria e, quando o servidor se aposenta, não consegue receber os valores devidos. *Considerações Finais.* Os senhores Auris e Karla agradeceram pela oportunidade desta audiência e se colocaram à disposição para ajudar no que for preciso. O servidor Fabiano lembrou que houve uma audiência pública para tratar da elaboração e discussão da Lei Orçamentária Anual no dia 02/10/2018, e outra no dia 30/07/2018 para tratar da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Explicou que a metodologia de cálculo das dotações orçamentárias se baseava no disposto pelo Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Afirmou que o valor da redução da receita orçamentária tem por base o Relatório Focus, produzido pelo Banco Central do Brasil, que definiu o índice de inflação no valor de 4% e o PIB Nacional com crescimento no valor de 2,5%, o que, segundo ele, explicaria os 6,5% de reajuste nas receitas primárias. Falou que o relatório dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino atende ao que a Constituição Federal determina (que diz que a Prefeitura produzirá um Relatório Resumido da Execução Orçamentária a cada bimestre) e explicou que estão inclusos como gastos com educação tanto com os recursos próprios do Município, como os do repasse. O servidor Fabiano também disse que as ações com manutenção e desenvolvimento de ensino englobam todos os gastos que vão ser aplicados no Ensino Fundamental, incluídos os recursos para reforma, manutenção e ampliação das escolas públicas, além dos recursos para pagamento dos vales-transportes dos servidores dessa área. Revelou que gastos com a merenda escolar, fardamento escolar e estagiários não são computados na aplicação mínima de 28%, sendo considerados apenas os gastos com Ensino Fundamental propriamente dito. Esclareceu que o art. 20 da LOA autoriza e garante as margens de expansão com dotação de pessoal para os servidores públicos, além de garantir o piso salarial dos profissionais de magistério, estabelecido pelo Governo Federal. Esclareceu também que a classificação da despesa com gastos com terceirização é considerada como Custeio, entrando na classificação orçamentária Outras Despesas Correntes. Disse que a classificação orçamentária Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica serve para englobar todo o custeio da máquina administrativa (ex: serviços de energia elétrica, telefonia, aluguel, locação de veículos, iluminação pública, etc). O Presidente Jorge Federal agradeceu a presença de todos na audiência. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.



---

Jorge Salustiano de Sousa Moura  
(Presidente)



---

Vlademir Labanca Barata de Moraes  
(Secretário)